



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004963-17.2014.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Paulo Henrique Nazzari**  
Requerido: **ALAMEDA MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido uma mesa e duas poltronas da ré, constatando após algum tempo que a mesa apresentava uma saliência.

Alegou ainda que por seu descuido as poltronas tiveram contato com água, ficando manchadas.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em reparar a mesa e as poltronas.

A ré em contestação refutou a existência de qualquer vício na mesa em apreço.

As fotografias acostadas aos autos pelo autor não respaldam com a necessária segurança suas alegações no particular, cumprindo reconhecer que pela natureza daquele apontado a fl. 01 (saliência) não é crível que o mesmo tivesse demorado "*meses*" (fl. 01) para notá-lo.

Como se não bastasse, os documentos de fls. 33/37 concernem a contatos havidos entre as partes anteriormente à propositura da ação e em momento algum foi feita alusão a alguma saliência da mesa.

Quanto ao tema, portanto, não vinga o pleito exordial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A mesma alternativa aplica-se à questão das poltronas.

O próprio relato do autor deixa claro que por um "*descuido*" seu as poltronas tiveram contato com água.

Isso denota a exclusiva culpa dele para a eclosão dos acontecimentos trazidos à colação, de sorte que não se cogita da responsabilidade da ré em promover os reparos dos móveis sem a devida contraprestação por parte de quem deu causa a tanto.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**